



Observatório de Política Exterior do Brasil

– Informe de Política Externa Brasileira –

Nº 62

Março – 2015

Apresentação:

O Observatório de Política Externa Brasileira (OPEB) é um projeto de informação temático executado pelo Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES), do Centro de Estudos Latino-americanos (CELA) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), campus de Franca.

Em seu Informe mensal, o Observatório de Política Externa Brasileira destina-se a analisar a cobertura dada pelas revistas semanais *Carta Capital* e *Veja*, e pelos jornais *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo*, *O Globo* e *Zero Hora*, mais especificamente pelos seus editoriais. Partindo-se do princípio de que esses veículos são formadores de opinião pública e representantes de posicionamentos político-ideológicos distintos, justifica-se verificar qual a visão que divulgam a respeito das ações do governo brasileiro no que tange a sua política externa. A metodologia utilizada para a realização dessa análise será a leitura minuciosa das reportagens e posterior cotejamento das mesmas a fim de identificar as diferentes percepções dessa política de Estado. Em um segundo momento, uma breve análise da conduta brasileira no âmbito internacional será feita à luz das Relações Internacionais.

Em 2009, o OPEB ganhou prêmio de melhor projeto de extensão na área das Humanidades no V Congresso de Extensão Universitária da UNESP e em 2011 ficou em 3º lugar na sexta versão do mesmo congresso.

Equipe de redação e revisão:

Coordenação: Profa. Dra. Suzeley Kalil Mathias;

Doutorando em Relações Internacionais, Política Internacional e Resolução de Conflitos (Universidade de Coimbra)/ Mestre em História (Unesp/Franca): Tiago Pedro Vales;
Mestrandos em Relações Internacionais (San Tiago Dantas – Unesp/Unicamp/PUCSP): Giovanna Ayres; José Augusto Zague; Livia Peres Milani; Luiza Elena Januário;
Raphael Camargo Lima;
Graduado em Relações Internacionais pela UNESP/ Franca: Henrique Neto Santos;
Graduandos em Relações Internacionais pela UNESP/ Franca: Aline Meschiatti; Jonathan de Assis; Kimberly Digolin.



Observatório de Política Exterior do Brasil

No mês de março, somente os periódicos *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* publicaram editoriais sobre política externa brasileira. Os principais temas abordados foram as relações bilaterais entre Brasil e México, principalmente no que concerne ao acordo automotivo; as relações entre Brasil e Venezuela, com especial atenção à postura brasileira frente às acusações de violações democráticas no país vizinho; e as negociações comerciais entre Brasil e União Europeia.

Relações Brasil-México

Em editorial publicado no dia 10 de março, o jornal *O Estado de S. Paulo* criticou o governo brasileiro por renovar o acordo automotivo com o México, ao invés de firmar com o parceiro hemisférico um acordo de livre comércio. Segundo o periódico, o México que é uma das economias mais dinâmicas do Ocidente, renovou com o Brasil o acordo automotivo previsto para vencer em março de 2015, quando a previsão inicial era de que após o fim do acordo passasse a vigorar o livre-comércio entre os dois países. A liberalização só não ocorreu, conforme o periódico, pela queda da produtividade da indústria automobilística brasileira o que afetou a competitividade das exportações. Durante o entendimento entre as chancelarias, que precedeu o acordo, Brasil e México concordaram em renovar as cotas de veículos até 2019. O periódico ainda criticou o Brasil pelas amarras a que o país está submetido no Mercosul, o que impede a assinatura de acordo de livre-comércio com a União Europeia e pelo distanciamento dos Estados Unidos em função da prioridade que o país conferiu ao comércio com países pobres. O jornal atribui aos equívocos da diplomacia brasileira a queda da produtividade e eficiência do setor industrial do país.

A proximidade com os Estados Unidos e adesão ao NAFTA, tornou o México um apêndice econômico do país vizinho. O modelo industrial mexicano, que se incorporou as cadeias produtivas globais, é voltado em grande medida, para o atendimento do mercado estadunidense. Entretanto, pela grande inserção do país na economia global, a participação da indústria mexicana na produção de partes e componentes automotivos e de outros produtos de maior valor agregado é limitada, o



Observatório de Política Exterior do Brasil

que torna suas indústrias meras montadoras de produtos ou *maquiladoras* como são denominadas. A inserção do México na economia globalizada se deu de maneira subordinada e lateral, com o país participando das etapas menos rentáveis do processo produtivo. O Brasil, por sua vez, privilegiou o mercado interno, protegendo parte importante da sua indústria da concorrência com incentivos, o que com a agravamento da crise econômica estão sendo retirados. A crise brasileira, em parte derivada do desaquecimento da economia chinesa, da lenta recuperação europeia e do crescimento irregular da economia estadunidense, é também reflexo do câmbio valorizado que elevava o custo dos automóveis brasileiros no exterior, o que pode ser revertido agora com a desvalorização do real.

Relações Brasil-Venezuela

Os jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* abordaram a relação entre Brasil e Venezuela. O primeiro jornal foi mais enfático ao tratar das atitudes brasileiras em relação à Venezuela, enquanto o segundo focou-se mais nas posturas de Mercosul e Unasul frente à realidade venezuelana.

A *Folha de S. Paulo* exaltou a postura do Itamaraty que, por meio de nota, expressou preocupação com medidas que afetem diretamente partidos políticos e representantes democraticamente eleitos. Segundo o jornal, a declaração revela o descontentamento do Itamaraty com a perseguição a opositores políticos na Venezuela. Essa postura crítica em relação aos possíveis ataques à democracia na Venezuela era o que a *Folha de S. Paulo* vinha cobrando do governo brasileiro quando se tratava das relações bilaterais entre os dois países. Entretanto, em nenhum momento o periódico vincula a posição do Itamaraty à imagem da presidente Dilma Rousseff, ainda classificando seu governo como ideológico. De fato, a nota emitida pelo Itamaraty é relevante, pois reforça os preceitos democráticos que o Brasil tradicionalmente segue em sua política externa. Porém, desvincular essa tradição diplomática ao governo Rousseff e reduzir as relações Brasil-Venezuela ao fator ideológico significa simplificar demasiadamente o papel que a Venezuela assume internacionalmente, como de parceiro comercial e membro de blocos regionais.



Observatório de Política Exterior do Brasil

A *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* convergiram ao criticar a inação do Mercosul em relação à situação na Venezuela. Segundo a *Folha de S. Paulo*, o Brasil, deveria pressionar o governo venezuelano para assegurar que as eleições parlamentares no segundo semestre deste ano transcorram da forma mais livre e democrática possível. *O Estado de S. Paulo*, por sua vez, criticou principalmente a Unasul por ter considerado as declarações do presidente estadunidense, Barak Obama, sobre a Venezuela como uma ameaça de ingerência à soberania venezuelana. Ambos os blocos regionais possuem cláusulas democráticas que devem ser respeitadas por seus países-membros, portanto é legítima a preocupação com as próximas eleições e com a realidade política do país. Cabe aos blocos e ao Brasil acompanhar o desenvolvimento da situação política na Venezuela, entretanto sem intervir ativamente nos rumos da política interna.

Acordo Mercosul-União Europeia

Em editorial publicado no dia 19 de março, *O Estado de S. Paulo* abordou as negociações travadas a respeito do acordo de livre-comércio entre Brasil e União Europeia. Cabe ressaltar que se trata, na verdade, de um acordo entre o Mercosul e a União Europeia, pois envolve os outros membros do Mercado Comum do Sul, já que as regras do bloco não permitem que sejam realizados acordos isolados de tal natureza. O periódico destacou que autoridades brasileiras constantemente afirmam o interesse em concluir as negociações, mas considerou que as declarações não passam de retórica, pois não é constatado avanço sensível nas negociações há mais de um ano. *O Estado de S. Paulo* apontou que a razão principal para esse quadro está no fato de que o Mercosul não conseguiu concluir uma proposta para que debates mais profundos possam ocorrer. Desse modo, não há consenso sobre prazos para liberalização e produtos sensíveis entre os próprios países que formam o bloco.

O jornal mencionou também que, apesar de tais dificuldades, Brasil e União Europeia não admitem que os entendimentos estão paralisados. Ademais, o periódico defende que há uma urgência em concluir o acordo devido aos entendimentos entre Estados Unidos e União Europeia sobre um acordo amplo de comércio e investimentos que, segundo *O Estado de S. Paulo*, reduziria o espaço nos dois mercados para países que não possuem acordos semelhantes com cada uma das partes, como o caso dos



Observatório de Política Exterior do Brasil

membros do Mercosul. O jornal destacou que a situação é particularmente ruim para o Brasil, que precisa conquistar mercados e que preso às regras do Mercosul não conseguiu acesso facilitado ao mercado estadunidense, sendo que agora pode perder vantagens no europeu.

Desse modo, o periódico apresenta o Mercosul como um empecilho para o desenrolar das negociações com a União Europeia. É importante ressaltar que a necessidade de atuação como bloco em matéria de acordos comerciais de tal tipo é um ponto central do Mercosul, que representa uma tentativa e maior integração entre os países sul-americanos e de fortalecer o intercâmbio com Estados da própria região e que compartilham histórias parecidas de exploração e subdesenvolvimento. Cabe ressaltar que a crise econômica iniciada em 2008 repercutiu em todo o mundo e gerou perda de dinamismo também na América do Sul. Essa situação, acrescida a dificuldades internas dos países, pode ajudar a explicar as dificuldades em alavancar as negociações, sendo que as decisões precisam ser estudadas com profundidade para não causar efeitos negativos para a indústria nacional, como no caso desta não ter condições de competir com as exportações em um determinado setor. Nesse sentido, também é necessário mais cuidado ao se pensar o acesso ao mercado dos EUA, pois há uma contrapartida que pode ser contra os interesses brasileiros, prejudicando a indústria nacional e aprofundando a dependência em relação ao país do norte. Ainda assim, o acordo com a União Europeia deve ser discutido com mais profundidade pelos governos envolvidos para que possa haver avanços.

Referências:

Folha de S. Paulo – Opinião: Nota madura – 02/03/2015;

O Estado de São Paulo – Notas & Informações: Acordo tímido com o México – 10/03/2015

O Estado de S. Paulo Notas & Informações: Cheque em branco para Maduro – 18/03/2015

O Estado de S. Paulo – Notas & Informações: Negociação emperrada – 19/03/2015.